



essa sucessão de transformações evidencia a dificuldade em consolidar uma identidade coesa para a educação dos jovens. Nesse contexto, o Ensino Médio permanece como um campo dinâmico, em constante adaptação às exigências dos programas educacionais propostos, refletindo a necessidade contínua de ajustes e melhorias (Rocha, 2019).

Porém, conforme apontam Briskievicz e Steidel (2018) há a necessidade de redefinição na formação dos professores, bem como uma formação continuada voltada a sua implementação, tais autores enfatizam ainda a necessidade de um currículo mais flexível e interdisciplinar. E para tanto, após a criação do Novo Ensino Médio (NEM), e inúmeras argumentações, conferências e críticas, se fez necessário uma nova reformulação curricular nos Cursos de Licenciatura, para tanto o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE) propuseram um documento norteador, a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, definindo novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Onde o perfil do profissional a ser formado pode ser observado no Art. 6º que dispõe sobre:

“a política de formação de professores para a Educação Básica, tem como princípios relevantes: I – a formação docente para todas as etapas e modalidades da Educação Básica como compromisso de Estado, que assegure o direito das crianças, jovens e adultos a uma educação de qualidade, mediante a equiparação de oportunidades que considere a necessidade de todos e de cada um dos estudantes” (Brasil, 2019).

Essa abordagem, conforme defendida por Cruz, Moura e Nascimento (2022), visa preparar os professores não apenas para transmitir conhecimento, mas também para compreender e adaptar-se às demandas complexas e mutáveis da educação contemporânea. Ao priorizar essa integração e reflexão crítica, a formação docente pode se alinhar mais efetivamente com as necessidades reais das escolas e dos alunos, contribuindo para uma educação mais inclusiva, dinâmica e centrada no desenvolvimento integral dos indivíduos.

Dentre esses programas, uma das propostas do MEC, foi o Programa Residência Pedagógica (PRP) que representa uma importante iniciativa voltada para o aprimoramento da formação dos graduandos nos cursos de licenciatura. Seu propósito é permitir que os estudantes se integrem ao ambiente escolar a partir da metade do curso, momento que geralmente coincide com o Estágio Supervisionado. De acordo com o Edital CAPES n. 06/2018, o residente é incentivado a refletir e avaliar sua prática e sua relação com a profissionalização escolar durante e após sua imersão na escola. É esperado que eles registrem essas reflexões em relatórios,



formação dos professores. É importante ressaltar que essa estrutura pode variar de acordo com as especificidades de cada instituição de ensino superior e das escolas parceiras.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).



A análise e organização dos dados obtidos durante o levantamento bibliográfico e documental, realizado a partir das fontes mencionadas, foram conduzidas de maneira sistemática. Os resultados foram interpretados à luz dos referenciais teóricos de formação de professores, visando compreender as implicações das inovações e contribuições identificadas para a prática pedagógica no contexto do Novo Ensino Médio realizadas durante a aplicação do PRP em algumas escolas. A partir dessa interpretação, foram elaboradas considerações/conclusões que respondem à indagação central da pesquisa, além de recomendações para práticas pedagógicas futuras e para o aprimoramento do Programa Residência Pedagógica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo em questão propôs uma análise abrangente e aprofundada das relações entre a Residência Pedagógica (RP), a formação docente e as implicações para o Novo Ensino Médio (NEM), com base em uma variedade de legislações, diretrizes e documentos pertinentes. Se pode observar no Quadro 1 abaixo, o embasamento teórico sobre as contribuições do PRP para a formação de futuros docentes, importante ressaltar que após diversas referências consultadas



XXIII ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
III SIEPEC
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS
V ENTECI
ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO,
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRALDO

CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



foi elencado algumas publicações relevantes para demonstrar as experiências realizadas na melhoria da formação prática de futuros licenciados.

Quadro 1 – Algumas Contribuições do PRP para a formação Docente.

AUTOR(ES) E LOCAL DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO DA PUBLICAÇÃO	CONTRIBUIÇÕES DO PRP PARA A FORMAÇÃO DOCENTE
Freitas, M. C; Freitas, B. M; Almeida, D. M. Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2020	Residência pedagógica e sua contribuição na formação docente	O PRP promove a integração teoria-prática na formação inicial do professor, oferecendo uma experiência de imersão na prática pedagógica para os alunos residentes. Além disso, contribui para a formação continuada dos professores preceptores, estreitando a relação entre teoria e prática ao longo de suas carreiras docentes.
PORTO, K. S. Revista Multidisciplinar em Educação, Porto Velho, v. 9, p. 1-20, jan./dez., 2022.	O programa residência pedagógica na licenciatura em Educação do campo da UFRB: reflexões e percepções dos Residentes acerca do processo de formação inicial	O PRP fortaleceu os residentes ao proporcionar contato direto com a escola e reflexões sobre suas práticas pedagógicas, contribuindo para repensar o ensino das Ciências Naturais em contextos rurais.
MACHADO, L. F. S. L; JESUS D. A. Rev. Est. e Pesq. em Educação, Juiz de Fora, v.23, n. 3, edição especial, p. 472-489, set./dez. 2021	O Programa de Residência Pedagógica e o desafio de sustentação como política de formação de professores	O Programa Residência Pedagógica busca integrar teoria e prática na formação docente, reduzindo a distância entre conhecimento acadêmico e realidade escolar. Além disso, serve como um elo entre universidades e instituições de ensino básico, promovendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão.
SILVA, J. J; MEDEIROS, G. C. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar. Mossoró, v. 8, n. 25, janeiro/2022	Contribuições do programa residência pedagógica para o desenvolvimento da prática docente	O Programa Residência Pedagógica oferece experiências relevantes para a formação docente, permitindo a identificação de desafios e oportunidades na educação brasileira. Ele destaca o papel do professor na adaptação curricular e promove a colaboração entre professores, visando melhorias no ensino através do debate e da partilha de experiências.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Ao discutir currículo para a formação docente, é crucial explorar o currículo emancipatório, considerando as contribuições de teóricos como Paulo Freire. Em "Pedagogia



do Oprimido" (1970), Freire propõe uma educação que transcende a mera transmissão de conhecimento, enfatizando a conscientização crítica e a transformação social. Ao abordar a residência pedagógica, é relevante incorporar os princípios freireanos de diálogo e problematização, promovendo um engajamento com a realidade social dos alunos. A residência pedagógica, como espaço de imersão na prática educativa, pode beneficiar-se desses princípios ao proporcionar experiências reflexivas e contextualizadas, alinhadas com uma educação libertadora.

A Resolução CNE/CP n. 4/2018 e o Novo Ensino Médio se entrelaçam, ambos promovendo uma reestruturação curricular com mais flexibilidade e interdisciplinaridade. Autores como Macedo (2020) destacam que uma ênfase em competências pode levar à adaptação ao paradigma do capital, sugerindo que a satisfação das necessidades básicas de aprendizado é suficiente. Ao aceitar métricas padronizadas de avaliação externa, corremos o risco de nos subordinar a interesses que vão além do conhecimento, normalizando a ideia de uniformização.

A Resolução CNE/CP n. 2/2017, por sua vez, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior. Ela busca promover uma formação mais integrada, que articule conhecimentos pedagógicos, didáticos e específicos de cada área de conhecimento. Nesse sentido, autores como Pimenta e Lima (2004) ressaltam a importância de uma formação que valorize a interdisciplinaridade e a contextualização, aspectos fundamentais para a efetivação do Novo Ensino Médio.

A relação entre a LDBEN n. 9.394/96 e a formação docente está intrinsecamente ligada à necessidade de uma educação crítica e emancipadora. Autores como Freire (1996) ressaltam a importância de uma formação que promova a reflexão sobre a prática e o diálogo como ferramentas de transformação social, fundamentais para o Novo Ensino Médio. Por outro lado, a associação entre a Portaria GAB n. 38/2018 e o Novo Ensino Médio destaca a urgência de uma formação docente reflexiva e crítica para enfrentar os desafios desse novo cenário educacional. Autores como Nóvoa (2022) enfatizam a necessidade de uma formação que capacite os professores para lidar com as demandas da prática pedagógica nesse contexto.

No que tange às diretrizes para a formação de professores da educação básica, é importante destacar Resolução CNE/CP n. 2/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores, incluindo a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), orientando a



reformulação dos cursos de licenciatura até 2022. Nesse cenário, o Programa Residência Pedagógica (RP) emerge como uma política estratégica para fortalecer a preparação dos professores da educação básica. Universidades públicas têm apresentado projetos variados na formação inicial, abordando temas essenciais como experiência docente e processos de ensino-aprendizagem, promovendo a relevância e a eficácia do programa (MACHADO; JESUS, 2021).

Conforme já enfatizado após algumas reformulações dos projetos pedagógicos pelas IES ocorrerem, suscitando inúmeras discordâncias e em outras IES relutância em seguir, o MEC e o CNE publicaram no Diário Oficial, Resolução CNE/CP nº 1, de 2024, em 4 de janeiro 2024, resolução que altera o Art. 27 da Resolução CNE/CP nº 2, de 2019. De acordo com a resolução de 2024, fica fixada a data de 20 de março de 2024, a partir da publicação desta Resolução, para a implantação, por parte das Instituições de Educação Superior (IES), das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e da BNC-Formação, definidas e instituídas pela presente Resolução.

A importância do Programa Residência Pedagógica (RP) está intrinsecamente relacionada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a formação docente. A BNCC define os objetivos de aprendizagem para a educação básica, incluindo o ensino médio, fornecendo um referencial sólido para o desenvolvimento de competências e habilidades pelos futuros professores. Por sua vez, o PRP oferece uma oportunidade valiosa para os estudantes de licenciatura vivenciarem a prática pedagógica de forma mais imersiva e reflexiva, alinhando-se aos princípios e objetivos da BNCC e aplicando conteúdos teóricos e práticos do currículo desenvolvido no decorrer de seu curso de licenciatura (PACHECO; PIMENTA, 2017).

Uma das questões centrais deste estudo foi demonstrar que após ser realizado um estudo sobre as leis e resoluções que regulamentam o PRP e o NEM, foi possível identificar a preocupação do MEC e CNE em dar um suporte legal através de leis e resoluções para a melhoria na formação docente, conforme se pode observar fica evidente no quadro 1 a importância da articulação entre as Instituições de Ensino Superior, as escolas e programas como o RP na formação docente e as contribuições para o novo ensino médio (NEM), tais experiências são imprescindíveis como forma de avançar nas políticas educacionais e na melhoria da qualidade do ensino médio no Brasil. A análise legislativa permitiu identificar oportunidades e desafios, além evidenciar a necessidade de ampliação de Programas desta



natureza e deixar contribuições e reflexões críticas para práticas pedagógicas futuras e aprimoramento da formação docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados coletados revela as implicações das inovações para a prática pedagógica no Novo Ensino Médio (NEM), ressaltando as oportunidades proporcionadas pelo Programa de Residência Pedagógica (PRP) na formação de professores capacitados para atuar de maneira reflexiva e contextualizada no mercado de trabalho. Apresentamos um organograma educacional para exemplificar algumas contribuições do PRP e a sua relevância para essa formação docente.

As conclusões do estudo destacam a importância de políticas integradas entre formação inicial e prática docente ocorrida no contexto escolar no âmbito do desenvolvimento do PRP, evidenciando a necessidade de uma abordagem holística na formação para o NEM. Recomenda-se fortalecer e expandir programas como a RP, além de investir na formação continuada dos professores em serviço no âmbito das escolas. O diálogo e a colaboração entre instituições de ensino superior, escolas e órgãos governamentais são fundamentais para melhorar a qualidade do ensino médio no Brasil, ficando evidente a necessidade de reexaminar os objetivos educacionais para além das diretrizes existentes, visando uma abordagem mais abrangente e autônoma.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Lei no 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Lei no Novo Ensino Médio (Lei NEM).

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP No 2, de 1o de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura)

BRASIL. Resolução CNE/CP no 2, de 20 de dezembro de 2019. Diário Oficial da União, v. 1, p. 87 a 90, 2019.

BRISKIEVICZ, Danilo A.; STEIDEL, Rejane. O Novo Ensino Médio: Desafios e Possibilidades. Curitiba: Appris, 2018.



XXIII ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
III SIEPEC
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS
V ENTECI
ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO,
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRALDO

CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



CAPES. Portaria GAB n. 38, de 28 de fevereiro de 2018. Institui o Programa Residência Pedagógica.

CORRÊA, L. N. Metodologia Científica: Para trabalhos acadêmicos e artigos científicos Florianópolis, SC: Do Autor, 2008.

CRUZ, A. G. D.; MOURA, A. C; NASCIMENTO, L. S. A BNC-FORMAÇÃO e a BNC-FORMAÇÃO CONTINUADA: um debate sobre a formação humana utilitarista na e para a educação. Currículo sem Fronteiras, v. 22, e2192, 2022.

DEMO, P. Educação e qualidade 6. ed. São Paulo: Papyrus, 2001.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (1970).

MACEDO, J. M. Organismos internacionais e formação docente de novo tipo: da educação para todos a todos pela educação. In: VIEIRA, N. S.; LAMOSA, R. Todos pela Educação? Uma década de ofensiva do capital sobre as escolas públicas. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2020. p. 57-78.

MACHADO, L. F. S. L; JESUS D. A. Rev. Est. e Pesq. em Educação, Juiz de Fora, v.23, n. 3, edição especial, p. 472-489, set./dez. 2021.

NÓVOA, A. Conhecimento profissional docente e formação de professores. Revista Brasileira de Educação, [S.l.], v. 27, p. e270129, 2022.

PACHECO, J. A., & PIMENTA, S. G. A Residência Pedagógica e a BNCC: implicações para a formação de professores. Revista Educação em Análise, 5(1), 51-69. 2017.

PIMENTA, S. G; LIMA, M. DO S. L. Estágio e docência 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

ROCHA, J. Transformações na legislação do Ensino Médio brasileiro: uma análise histórica (1854-2017). Revista Brasileira de Educação, 24. 2019.

SILVA, R. R. L. D. Escolarização, adolescência e a ubiquidade do entretenimento: práticas curriculares para o Ensino Médio no Brasil. Educar em Revista, Curitiba, v. 38, e82275, 2022.